

HISTÓRIA INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA: ESTUDOS COMPARATIVOS E INTERDISCIPLINARES.

Maria Regina Celestino de Almeida

Os estudos sobre história indígena, tradicionalmente pouco valorizados em nossa historiografia vêm, nas últimas décadas, despertando interesse dos historiadores brasileiros. As novas tendências teóricas da História e da Antropologia, o desenvolvimento da etno-história e as questões colocadas pelos movimentos indígenas da atualidade têm dado contribuição relevante no sentido de motivar os intelectuais a repensar as relações de contato entre índios e europeus e a valorizar a temática na América portuguesa. A perspectiva interdisciplinar e comparativa tem sido essencial nos estudos recentes que tendem a valorizar as motivações e interesses dos próprios índios nos processos históricos por eles vivenciados. Este artigo visa a refletir sobre as possibilidades e os limites dessas abordagens, a partir da minha própria experiência de pesquisa sobre índios e aldeias no Rio de Janeiro colonial, enfocando principalmente o aspecto comparativo. As duas perspectivas foram essenciais para despertar idéias e reflexões que deram rumo à pesquisa, desde a proposição das principais questões e hipóteses, passando pelo questionamento e análise das fontes disponíveis, até o desenvolvimento de reflexões e argumentos que fundamentaram algumas conclusões.

Índios e Aldeias numa Perspectiva Histórico-Antropológica

Com base nas discussões antropológicas recentes que ampliam e problematizam teorias e conceitos sobre etnicidade e cultura foi possível perceber, afirmar e demonstrar que os índios de diferentes etnias, inseridos nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, ao invés de terem desaparecido como costumava ser sugerido pela historiografia, reformularam identidades e culturas, mantendo-se na condição de índios aldeados até o século XIX. As evidências empíricas disponíveis indicavam que, uma vez aldeados, os índios tornavam-se súditos cristãos do Rei e adquiriam, além das obrigações, alguns direitos, pelos quais iria lutar até o século XIX. Interpretar essas evidências, ou melhor enxergar essas evidências a partir dos interesses dos próprios índios, foi possível através da leitura de textos teóricos que discutiam e problematizavam as noções de etnicidade e cultura e de inúmeros estudos de caso que, nessa perspectiva, analisavam situações semelhantes, embora em tempos e lugares bastante

diversos. Assim foi possível entender a “aculturação” nas aldeias como um longo processo de mudanças culturais através do qual diferentes grupos indígenas compartilhavam novas experiências com inúmeros outros grupos étnicos e sociais e rearticulavam suas culturas e identidades. A leitura das fontes com um olhar antropológico, buscando os possíveis significados dos comportamentos e atuações dos índios em relação aos diferentes segmentos sociais da colônia (jesuítas, colonos, autoridades, etc...) descortinou possibilidades novas de interpretação para as quais eu não teria atentado sem algumas leituras de antropólogos e etno-historiadores da atualidade que têm valorizado a análise interdisciplinar. Nesse sentido, cabe ressaltar duas coletâneas, ambas coordenadas por J. Hill que deram contribuição fundamental para esta temática: *Rethinking Myth and History* (1988) e *History, Power and Identity* (1996). Através de vários estudos de casos concretos, os autores revelam os diferentes caminhos que vários povos indígenas do mundo andino e amazônico encontraram para lidar com as mudanças pelas quais passaram, através das diversas situações de contato, revelando a extraordinária capacidade desses povos para reformularem seus mitos, histórias, tradições e identidades, em geral, para dar conta de situações do presente que os desafiavam. Nas duas introduções, Hill enfatiza a imensa capacidade dos índios de rearticularem seus mitos, histórias, tradições, identidades. Outro aspecto fundamental por ele enfatizado é a idéia de que a história dos índios se entrelaça à história dos colonizadores e não deve ser vista de forma distinta, nem em oposição a ela.

Os trabalhos de etnogênese no Brasil contemporâneo constituem outra fonte de inspiração importante para refletir sobre os índios misturados nas aldeias do Rio de Janeiro. Guardadas as devidas proporções para se evitar anacronismos, é possível encontrar situações semelhantes nas problemáticas vivenciadas entre os grupos indígenas atuais e alguns das primeiras décadas do século XIX. Além disso, o fato de alguns grupos estarem hoje buscando seu referencial de origem em aldeamentos jesuítas do século XVIII confirma a hipótese central de minha pesquisa de que as aldeias funcionaram como espaço possível de recriação de identidades étnicas de vários grupos ali reunidos. Inúmeros outros trabalhos de antropólogos contemporâneos têm sido fundamentais para pensar sobre os possíveis significados das atuações dos índios na colônia e, sobretudo, para problematizar informações contidas nas fontes. Ao questionar alguns dualismos como estrutura e processo histórico, índio puro e índio aculturado, os antropólogos da atualidade apontam caminhos para se repensar as relações de contato no passado (Mintz,1982; Oliveira,1999, Barth,2000;Carneiro da Cunha,1987;Sahlins,1987; Rosaldo,1980)

Sobre os limites e dificuldades da prática interdisciplinar, muitas questões despertam intensas discussões entre historiadores e antropólogos. Sem pretender entrar neste debate, limito-me a destacar dois aspectos relevantes e, talvez, mais freqüentes nesse tipo de abordagem. O primeiro diz respeito às possibilidades de se incorrer em anacronismos, lançando mão de comparações inadequadas e injustificáveis, tanto entre temporalidades diversas, quanto entre grupos indígenas culturalmente distintos. O segundo consiste em análises de justaposição, no sentido de abordar separadamente elementos antropológicos e históricos sobre um mesmo tema muitas vezes, utilizando fontes escritas e orais, em interpretações distintas que não se articulam. A abordagem interdisciplinar consiste em pensar a história culturalmente e a cultura historicamente. Trata-se de uma arte, como afirma Trigger (1982), pois não implica apenas em estabelecer uma justaposição entre metodologias históricas e antropológicas usadas separadamente, mas de integrá-las num só movimento de análise através do qual o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos índios, a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura entender as culturas dos povos com um olhar histórico entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos ao longo do tempo.

Índios e Aldeias no Rio de Janeiro: aspectos comparativos

Sem desconsiderar as diferenças significativas entre a história das populações indígenas na América hispânica e na América portuguesa, inúmeros processos e situações semelhantes podem ser identificados e a abordagem comparativa constitui campo fértil para o desenvolvimento da pesquisa sobre o tema.

Os estudos históricos sobre os índios na América hispânica contam com uma quantidade e diversidade de fontes primárias muito mais ampla do que aquelas disponíveis para a América portuguesa, muitas das quais produzidas pelos próprios índios antes da conquista, como no caso da Meso-América. Há também uma diferença significativa quanto à densidade populacional indígena, maior na América hispânica, sobretudo na Meso-América e na Zona Andina Central. Some-se a isso, o considerável avanço dos estudos sobre a temática indígena nessas áreas, onde, há algumas décadas, principalmente no México, eles já vêm sendo desenvolvidos em bases interdisciplinares que enfatizam a atuação dos índios como sujeitos históricos. Diferentes estudos de casos em regiões e temporalidades diversas permitem uma compreensão mais ampla das complexas relações entre índios e

não índios e apontam caminhos para novos questionamentos, hipóteses e possibilidades de interpretação de diversos tipos de fontes sobre o tema na América portuguesa.

Convém lembrar que embora as fontes primárias sobre os índios sejam mais escassas e lacunares na América portuguesa, sobretudo para se pensar sobre as motivações e interesses dos índios nas relações de contato, elas oferecem também possibilidades para estudos desta natureza. Há algumas décadas, pesquisas documentais têm revelado uma variedade e quantidade de muito maior do que se poderia supor a julgar pela pouca atenção que despertavam até muito recentemente. Esses documentos apontam para a presença e atuação marcantes dos índios nas diversas regiões do Brasil, para muito além dos momentos de confronto (Monteiro,1995). No Rio de Janeiro, por exemplo, há significativa documentação sobre índios e aldeias até o século XIX. Apesar das limitações desses documentos, em sua grande maioria produzidos por não índios e filtrados por concepções preconceituosas e etnocêntricas é possível encontrar neles indícios sobre interesses e expectativas dos próprios índios em contato com as sociedades colonial e imperial. Inúmeros relatos produzidos por jesuítas, além de informarem bastante sobre a atuação dos índios nas aldeias e seus conflitos com os padres e outros segmentos sociais, reproduzem, com frequência, ainda que filtradas, as próprias falas dos índios. Além disso, convém destacar que para os séculos XVII e, principalmente XVIII e XIX, é possível encontrar documentos produzidos pelos próprios índios que, no interior dos aldeamentos, iam, em contato com os padres, aprendendo as letras portuguesas que lhes possibilitavam dirigir-se ao Rei para solicitar as mercês que a lei lhes permitia (Almeida,2000).A análise dessas fontes, numa perspectiva interdisciplinar e comparativa, permite perceber inúmeros processos e situações similares nas duas Américas, embora em escalas diversas.

Convém ressaltar, no entanto, que a análise comparativa requer também cuidados no sentido de se evitar generalizações indevidas e comparações inadequadas. Neste sentido, destaco a importância dos estudos regionais que têm se multiplicado e demonstrado a imensa diversidade de situações e trajetórias dos índios em suas relações de contato, nas múltiplas e vastas regiões das Américas hispânica e portuguesa. Os estudos de casos em diferentes áreas da América aumentam as possibilidades de análises comparativas e evidenciam a complexidade dos variados processos de integração dos índios às sociedades envolventes. É instigante constatar como em regiões diversas, a mesma legislação pode ter aplicações e resultados diferentes, conforme as mais diversas variáveis.

Retomando as situações análogas, é mister destacar um primeiro aspecto, apontado por Schwartz e Lockart (2003). Segundo eles, em todas as regiões da América, em regiões e temporalidades diversas, as populações indígenas foram indispensáveis ao empreendimento colonial. Nos primórdios da colonização, quando a pouca disponibilidade de capitais, abundância de terras, alta densidade demográfica indígena e população europeia rarefeita eram características predominantes, a dependência em relação aos índios era significativa. O Rio de Janeiro não fugiria à regra. Região conquistada aos franceses e, principalmente aos Tamoios, com o auxílio indispensável dos aliados Temiminós e outros grupos a eles misturados, ela seria ainda por longo tempo dependente dos índios aldeados, não só para a defesa de seu território, como também para a obtenção da força de trabalho necessária às mais variadas atividades da colônia. As violentas guerras coloniais para conquistar território e submeter povos hostis, que estabeleciam complexas alianças entre europeus e índios, não foram, pois, exclusivas do mundo espanhol. No Rio de Janeiro, as fontes interpretadas à luz de trabalhos de alguns etnólogos permitem perceber, além da intensidade e violência das guerras, as motivações dos próprios índios vinculadas às suas dinâmicas culturais que os levavam a estabelecer alianças com os europeus. A incorporação dos índios à ordem colonial sob a administração da Coroa Portuguesa através da política de aldeamentos pode ser comparada, em menor escala, à organização dos Pueblos na América hispânica. Nas aldeias como nos Pueblos, os índios inseridos no mundo colonial ocupavam os estratos inferiores da sociedade, submetiam-se ao trabalho compulsório (os da América espanhola pagavam tributos), enfrentavam preconceitos e discriminações, porém tinham direitos garantidos pela legislação, dentre os quais destacava-se o direito à terra coletiva, pelo qual iriam lutar até o século XIX. Negociações, conflitos e tensões caracterizavam o cotidiano das relações desses índios com os inúmeros agentes sociais que com eles conviviam nas comunidades e nas sociedades envolventes: missionários, colonos, autoridades e etnias diversas que muitas vezes se misturavam na nova experiência colonial. Aos processos de catequese e mudanças culturais, os índios reagiam com as mais diversas estratégias que iam da colaboração a diferentes formas de resistência, desde movimentos messiânicos e de idolatria (que podiam ou não se opor diretamente à colonização) a rebeliões armadas. Ronaldo Vainfas (1995) realizou instigante estudo comparativo sobre este tema, comparando movimentos de idolatria em diferentes regiões da América hispânica e portuguesa.

Aspecto fundamental que apenas muito recentemente tem sido estudado na América portuguesa e que se assemelha, em grande parte, às práticas já há tempos identificadas na América espanhola é o interesse dos índios em seu processo de metamorfose que lhes

possibilitava aprender novas regras e práticas políticas e culturais habilmente utilizadas por eles para sobreviver na colônia. Trata-se da apropriação e ressignificação de elementos de outras culturas pelos índios, análise ancorada nas novas tendências teóricas da Antropologia que considera a cultura como produto histórico, dinâmico e flexível.

Os estudos sobre movimentos messiânicos evidenciaram essas práticas na América hispânica, demonstrando como as diversas lideranças religiosas lançaram mão deste expediente, ao incorporar elementos do cristianismo ressignificando-os em novas profecias que muitas vezes se opunham ao catolicismo e à ordem colonial (Gruzinski,1986,2000;Wachtel,1976). Na América portuguesa, a Santidade de Jaguaripe estudada por Vainfas (1995) apresenta características muito semelhantes analisadas pelo autor através de rica abordagem comparativa.

Nas relações de contato entre índios e colonizadores as lideranças tiveram papel fundamental e têm sido amplamente estudadas na América espanhola. Tais estudos foram particularmente importantes para minhas reflexões sobre o tema no Rio de Janeiro. Em menor escala que nas colônias espanholas, as autoridades portuguesas, tanto religiosas quanto civis, também incentivaram a criação de uma nobreza indígena através da concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio a algumas chefias que desempenhavam papel fundamental no processo de integração de seus subordinados ao sistema colonial. Na América espanhola tais situações foram mais evidentes e têm sido objeto de investigação já há algumas décadas. Nos anos 70, Wachtel complexificou o conceito de aculturação e apontou as mudanças vivenciadas pelas lideranças, considerando seus próprios interesses. Serge Gruzinski (1986) e Steve Stern (1987) igualmente refletiram sobre a importância das lideranças como agentes intermediários entre o mundo indígena e o mundo colonial, avançando sobre a análise de Wachtel, ao identificarem nas mudanças, além dos prejuízos, aspectos também positivos para os índios. Enfatizaram seus próprios interesses em apropriar-se de alguns elementos do mundo ocidental, dando-lhes outros significados de forma a responder algumas das novas necessidades por eles vivenciadas. Foi instigante perceber situações semelhantes na capitania do Rio de Janeiro. Ali também, os portugueses construíram junto com os índios uma nobreza indígena na situação colonial, nobreza essa firmada com base na própria tradição tupi porém acrescida dos novos elementos introduzidos pelos colonizadores e incorporados pelos índios ao seu próprio modo. Dentre as mudanças introduzidas destaca-se a hereditariedade do posto da chefia. Na tradição tupi, os líderes não necessariamente transmitiam o

cargo aos seus filhos, pois este era baseado nas qualidades e mérito dos pretendentes que deviam conquistar a confiança e admiração do grupo para exercê-lo. Nos aldeamentos coloniais, o cargo tornou-se hereditário e provido pelo governador, às vezes com salário, outras não¹. Na aldeia de São Lourenço, a família de Martim Afonso de Souza (o Arari-bóia) ocupou o cargo por três séculos e ainda estendeu-se para São Barnabé e São Pedro, onde seus descendentes também exerceram o posto. Sobre São Lourenço, há informações de que até o fim do século XVIII, o cargo ainda era ocupado pela família, pois nas petições encaminhadas ao Rei, os chefes faziam questão de referir-se ao nobre ascendente². Identificavam-se pelo nome de batismo, pela aldeia na qual habitavam, demonstrando consciência de sua posição de índios aldeados, da importância do cargo ocupado e sobretudo do prestígio de seu antecessor. Foi instigante reconhecer também na América portuguesa a consciência das lideranças sobre seu papel na colônia e o uso que fizeram disso.

As lideranças aprenderam os códigos portugueses e interessavam-se não apenas pelos cargos mas também pelos papéis oficiais, tais como cartas patentes ou provisões que lhes comprovavam o exercício do mesmo, conforme evidencia a afirmativa de Vieira de que “...alguns dos ditos Índios estimam muito um papel, de que constem os seus ofícios e serviços...”³” Precisavam deles, afinal, para garantir seus direitos e possibilidades de reivindicar mercês ao Rei. Em 1779, o Capitão-Mor de São Barnabé pedia patente como condição para continuar a exercer a função de reger outras aldeias, sem a qual, segundo ele, alguém poderia tentar impedi-lo⁴. Gruzinski (1986:421) ressaltou que no México colonial, os índios conservavam zelosamente os “Títulos Primordiales” para os apresentar às autoridades quando necessário para defender direitos, privilégios e terras da comunidade. No Rio de Janeiro, as cartas de sesmarias foram valorizadas pelos índios desde o século XVI. Em 1583, os índios de São Barnabé solicitaram a confirmação da sesmaria que lhes foi dada em Lisboa a 6 de fevereiro do mesmo ano, evidenciando o aprendizado e a apropriação dos códigos portugueses para fazer valer os seus direitos. Os conflitos por terra nas aldeias de São Barnabé e de São Lourenço começaram desde o século XVII

¹ Regulamento das Aldeias Indígenas do Maranhão e Grão Pará: Pe. Antônio Vieira –1658-1661, §40 In: Beozzo, 1983:204.

² Ressalte-se que em 1828, o Capitão Mor da aldeia ainda era um Souza – José Cardoso de Souza -, provavelmente da mesma família. (Silva, 1854, nº 15,340).

³ Regulamento das Aldeias Indígenas do Maranhão e Grão-Pará: Pe. Antônio Vieira –1658-1661- §41 In: Beozzo, 1983, p.204.

⁴ Requerimento de João Batista da Costa, Capitão Mor da Aldeia de São Barnabé, 6 de junho de 1779. Ms.AHU RJA, cx. 122, doc. 33. (Anexo a Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de fevereiro de 1780).

(talvez antes) e giraram principalmente em torno das medições e demarcações das terras de índios e foreiros. Tais disputas estenderam-se ao século XIX, e em 1828, José Cardoso de Souza capitão-mor de São Lourenço, reivindicava a demarcação de sua aldeia com base na certidão de medição de sesmaria feita em 1659 e por ele apresentada⁵.

Na América espanhola, a nobreza indígena formada sob a égide dos colonizadores apresentava sinais visíveis, distinguindo-se dos demais, através da indumentária. Segundo Wachtel, tendo perdido alguns de seus privilégios tradicionais, os curacas procuravam afirmar sua proeminência assimilando de alguma forma o prestígio dos espanhóis e começavam pela vestimenta e "... o sombrero de feltro representa para eles o elemento significativamente mais rico" (Wachtel, 1976.:225). Gruzinski também ressaltou como a nobreza indígena procurou adequar-se ao modelo de "fidalgos ibéricos" que lhe oferecia a coroa espanhola e para tal tomou suas vestimentas e emblemas tais como armas, brasões, cavalos, etc. (Gruzinski, 1986:415). Em terras brasileiras, há poucas informações sobre isso, mas algumas são bastante sugestivas. Cardim ao tratar de um descimento ocorrido em Pernambuco, em 1583, referiu-se ao Principal chamado Mitaguaya que o visitou "... vestido de damasco com passamanes d'ouro, e sua espada na cintas ..."(Cardim, 1980:163). Na Relação da Missão da Serra de Ibiapaba, Vieira fez referência a alguns índios vestidos com "roupas de grã e seda" que lhes tinham sido presenteadas pelos holandeses⁶. Mais reveladora, no entanto, a respeito das diferenças de vestimentas entre líderes e seguidores é a informação contida no mapa de população de São Barnabé de 1797, segundo a qual, os índios: "Trajam como os demais moradores americanos, a saber os condecorados de Casaca Veste e Calção e os Ordinários de Vestes, Calçados e descalços"⁷. A distinção hierárquica por vestimentas era típica do antigo regime e os poucos documentos citados indicam ter sido ela introduzida entre os índios aldeados e ao que parece assumida por eles, talvez pelas mesmas razões apontadas por Wachtel e Gruzinski no caso dos índios da América hispânica.

Tal como na América espanhola, o processo de transformação dos índios em súditos cristãos concentrou esforços nas lideranças, cobrindo-as de honras e regalias que não resta dúvida foram por elas bastante apreciados. A política de enobrecimento de parte das lideranças

⁵ Auto de exame e averiguação feita, ao marco que divide a linha do sertão da sesmaria dos índios da aldeia de S. Lourenço pelo lado da Boa Viagem, e fazenda do Saco de S. Francisco Xavier que foi dos padres jesuítas. In: Silva, 1854, n°15:339-340.

⁶ Relação da Missão da Serra de Ibiapaba, doc. cit. p.139.

⁷ Descrição de vários distritos da Capitania do Rio de Janeiro feito por ordem do Ilmo e Exmo. Senhor Conde de Rezende Vice Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil. 7 de abril de 1797. Ms. AHU RJA, cx.165, doc.62.

indígenas fazia-se com a concessão de privilégios e títulos que visava a introduzir hábitos, costumes e valores do mundo mercantilista e cristão para envolver esses homens na ordem colonial de forma a que conduzissem seus liderados à obediência e disciplina nas aldeias. As lideranças, por sua vez, assumiam essa posição com a autoridade dos que se sentiam especiais. Segundo Gruzinski, mesmo vencidos, estes setores estavam longe de se sentirem despojados de sua autoridade, pois sabiam-se indispensáveis como intermediários e desfrutavam do apoio das ordens religiosas, que constituíam força poderosa no México quinhentista (Gruzinski,1986:415). Tal afirmativa pode ser estendida à América portuguesa, onde os interesses e objetivos dos índios igualmente se alteravam na dinâmica de sua história e relações de contato. Na situação de aldeados passavam a valorizar e muito os postos que ocupavam, as vestimentas suntuosas, os papéis oficiais que comprovavam seus serviços e cargos, enfim, todos os símbolos de poder e prestígio do novo mundo em que viviam.

Considerações Finais

As reflexões e argumentos aqui apresentados foram, como visto, fundamentados numa perspectiva comparativa e interdisciplinar. Esta perspectiva me permitiu perceber que os índios do Rio de Janeiro não desapareceram sem deixar rastros. Chegaram ao século XIX, tendo em comum com os habitantes de muitas comunidades indígenas da América o fato de terem vivenciado um longo processo de metamorfoses étnicas e culturais, através do convívio com diferentes grupos étnicos e sociais nas aldeias e chegaram ao oitocentos, tal como os índios de alguns pueblos da América hispânica, identificando-se como grupo indígena e reivindicando direitos à terra coletiva de suas aldeias.

Antonio Sergio (1981:1) comparou o ofício do historiador ao de um artífice, que une as pérolas através do fio invisível transformando-as num colar. Mantendo a metáfora, acredito que a escassez de pérolas não deve, de antemão, inviabilizar o colar, mas levar o artífice a aprimorar o seu fio, combinando ali outros tipos de pedras, de forma a fazer surgir uma jóia apreciável. Em temas para os quais dispomos de evidências empíricas escassas e lacunares, há que se aprimorar o fio condutor e combinar outras pedras. No caso da História indígena, esse aprimoramento não pode prescindir de análises interdisciplinares e comparativas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas – Identidade e Cultura nas Aldeias Coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003;
- Barth, Frederick. “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras” In____: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (org. Tomke Lask).Rio de Janeiro. ContraCapa, 2000.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*.São Paulo, Brasiliense, 1987.
- GRUZINSKI, Serge. “La red agujerada – identidades étnicas y occidentalización en el Mexico Colonial (siglos XVI-XIX)”. *América Indígena*, México, ano XLVI, nº3, jul-set., vol.XLVI,1986.
- _____. *A Colonização do Imaginário- Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México Espanhol –Séculos XVI-XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- HILL, Jonathan (org.) *Rethinking History and Myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- _____. *History, Power and Identity—ethnogenesis in the Americas, 1492-1992*. (org.) Iowa City, University of Iowa Press. 1996.
- MINTZ, Sidney W. “Culture: An Anthropological View” In. *The Yale Review* Yale University Press, 1982. pp.499-512.
- MONTEIRO, John.(org.). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros*. São Paulo, Universidade de São Paulo/FAPESP,1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro,Contra Capa Livraria, 1999.
- ROSALDO, Renato.*Ilongot headhunting 1883-1974*.California, Stanford University Press, 1980.
- SAHLINS, Marshal. *Ilhas de História*. [1987] Rio de Janeiro. Zahar, 1990
- SERGIO, Antonio.*Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa Edit., 1981.
- STERN, Steve J. (org) *Resistance Rebellion and Consciounes in the Andean Peasant World, 18th to 20th Centuries*. The University of Wisconsin Press, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKART, James. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- TRIGGER, Bruce G:1982 “Ethnohistory: Problems and Perspectives” In: *Ethnohistory*. Texas, USA, nº 29 (1), 1982, pp. 1-19.
- VAINFAS,Ronaldo. *A Heresia dos Índios - Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- WACHTEL, Nathan. *Los Vencidos . Los Indios del Peru frente a la conquista española (1530-1570)*. Alianza Universidad, 1976.